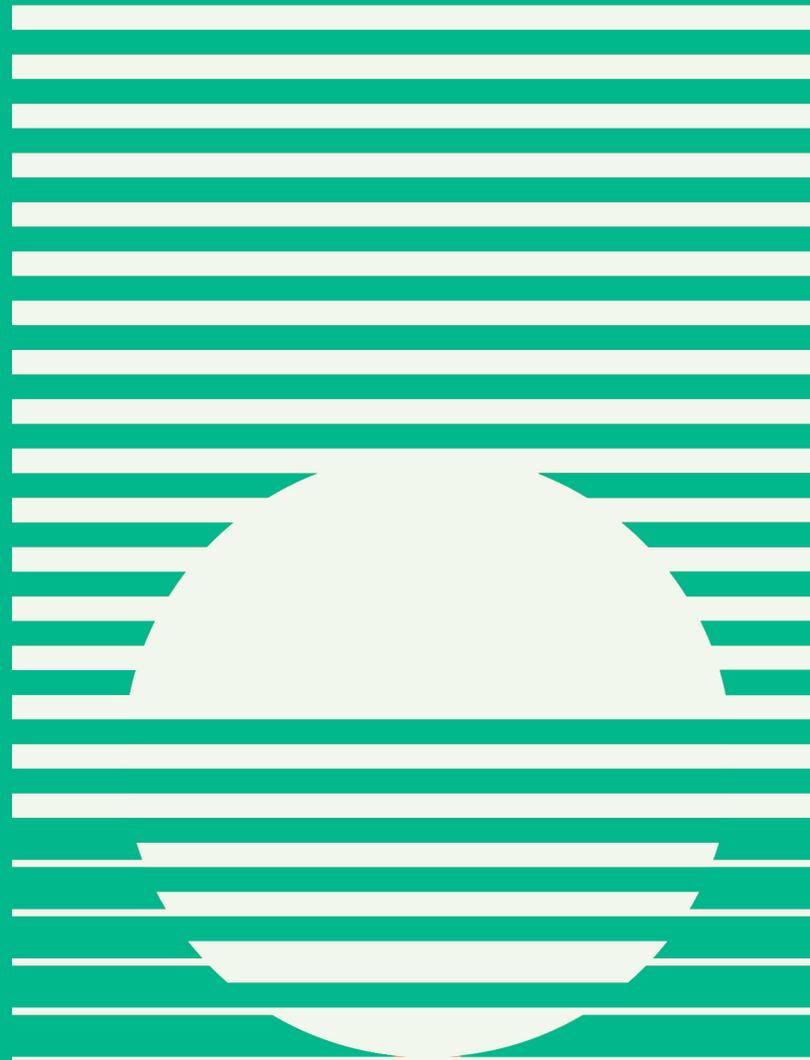


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



07
2023

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editora Executiva: Kethlyn Gabi Winter da Silva

Editor Adjunto: Felipe Vidal Benvenuto Alberto

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, Beatriz Santos, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Campbell, Guilherme France, Guilherme Queiroz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Nathalia de Oliveira, Pedro Lange Netto Machado, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

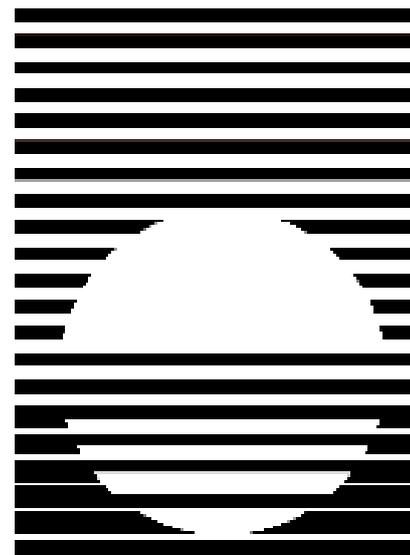
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil assume presidência do Mercosul
Lula e Petro se encontram na Colômbia e expressam prioridades distintas para a Amazônia
Missão de Verificação da ONU divulga relatório sobre a implementação dos acordos de paz na Colômbia

Página 05

Argentina renegocia programa de empréstimos com o FMI pela quinta vez
Presidente uruguaio participa de reuniões regionais, mas não assina declaração conjunta do Mercosul

Página 06

Presidente paraguaio eleito, Santiago Peña, visita o Brasil
Protestos contra o governo de Dina Boluarte são retomados no Peru

Página 07

Inabilitação de candidata María Corina Machado gera repercussões domésticas e internacionais
Equador firma acordos com EUA e União Europeia e normaliza relações com a Argentina

Página 08

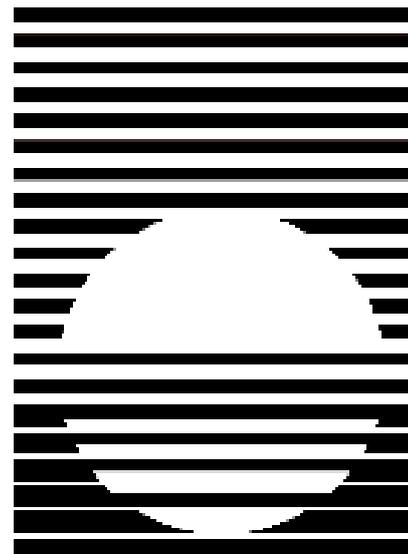
Bolívia anuncia novas reservas de lítio e avança cooperação em defesa com o Irã
Bolívia oficializa uso do yuan como moeda de transações externas

Página 09

Chile e União Europeia estreitam laços após viagem de Boric à Europa
Boric participa de Cúpula e tem reuniões bilaterais em turnê presidencial na Europa

Página 10

Cúpula entre CELAC e União Europeia é palco de divergências
Presidenta do Banco dos BRICS se reúne com presidentes da Rússia e da África do Sul



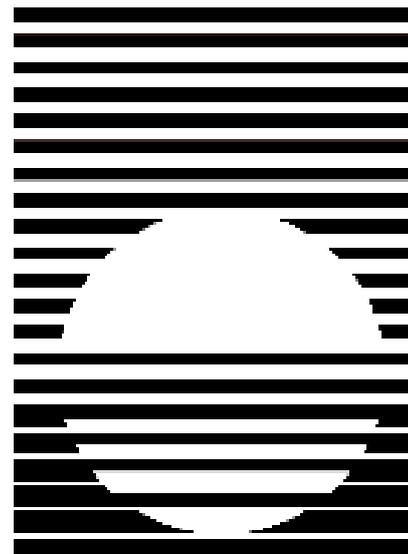
Página 11

África do Sul participa do segundo Encontro Rússia-África em São Petersburgo

Segunda Cúpula Rússia-África é marcada pela aproximação de Putin com chefes de Estado presentes

Página 12

Posicionamento chinês sobre Taiwan e acordo de cooperação econômica ASEAN-China repercutem na região



Brasil assume presidência do Mercosul

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu, no dia 4 de julho, a presidência rotativa do Mercosul. Em discurso durante reunião no âmbito da 62ª reunião do bloco, realizada em Puerto Iguazú, na Argentina, Lula criticou o Instrumento Adicional apresentado pela União Europeia, em março deste ano, ao tratado econômico em negociação com o Mercosul. Afirmou que “parceiros estratégicos não negociam com base em desconfiança e ameaça de sanções” caso não cumpram metas ambientais voluntárias. Além disso, enfatizou que o Mercosul deve apresentar uma resposta “rápida e contundente” às condições propostas pela União Europeia para a conclusão do acordo econômico. O Brasil assumiu a presidência do grupo formado por Argentina, Paraguai e Uruguai por um período de seis meses. Entre os temas centrais já citados pelo governo brasileiro para a agenda deste semestre, além do acordo entre União Europeia e Mercosul, estão a criação de uma moeda comum no bloco, a intenção do Uruguai de negociar um acordo comercial com a China, a crise econômica na Argentina e a adesão da Bolívia como membro pleno. O fim da suspensão da Venezuela, em vigor desde 2017 por ruptura da ordem democrática, não foi mencionado.

Fontes: [GOV.BR](#), 04/07/2023; [TVBrasil](#), 04/07/2023; [G1](#), 04/07/2023; [CNN Brasil](#), 04/07/2023.

Lula e Petro se encontram na Colômbia e expressam prioridades distintas para a Amazônia

Em 8 de julho, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Colômbia, Gustavo Petro, compareceram a uma reunião técnica preparatória para a cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), prevista para ocorrer no início de agosto. A reunião foi realizada em Letícia, cidade colombiana que faz fronteira com o Brasil e o Peru. Com o intuito de buscar soluções frente à crise climática, foram analisadas ações conjuntas para conter o avanço da deterioração ambiental da região amazônica, com foco na integridade do ecossistema e contenção do uso destrutivo da terra. Durante o encontro, Petro afirmou que, para salvar a vida do planeta e superar a crise climática, é necessário investir US\$ 3,3 bilhões ao ano. Além disso, propôs

que os países amazônicos zerem a exploração ilegal de minérios e o desmatamento na região amazônica até 2030 e que novos projetos que visem à exploração de petróleo na região não sejam continuados. Em relação a este último tema, Petro convidou o presidente brasileiro a refletir sobre a permissão da exploração da região e afirmou que esta é uma decisão que as nações deveriam tomar em conjunto. Ademais, Petro reforçou que, ainda que cada país seja soberano no que diz respeito à utilização de seus recursos naturais, a crise climática e a deterioração da bacia hidrográfica da Amazônia demandam uma transformação no sistema econômico a nível mundial, a fim de priorizar a vida em vez do capital. Por sua vez, Lula não manifestou apoio nem oposição às ideias de Petro, a não ser o compromisso em zerar o desmatamento na região até 2030. Em discurso, o presidente brasileiro defendeu a revalorização da OTCA, a criação de um Foro de Cidades Amazônicas e de um Parlamento Amazônico, a institucionalização do Observatório Regional da Amazônia (sistema virtual já existente, que monitora eventos climáticos na região), a articulação de um comitê de especialistas da Amazônia inspirado no Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança do Clima (IPCC), a criação de um Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (em Manaus) e um Sistema de Controle de Tráfego Aéreo integrado para combater atividades criminosas, a articulação dos países amazônicos em espaços multilaterais (como no Fundo Global para o Meio Ambiente e na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), o aumento de investimentos públicos e privados na economia local e a transferência de tecnologia do Norte para o Sul que facilite transições energéticas.

Fontes: [GOV.BR](#), 08/07/2023; [Folha de S. Paulo](#), 08/07/2023; [Semana](#), 08/07/2023; [El Colombiano](#), 08/07/2023; [GOV.CO](#), 08/07/2023; [Folha de S. Paulo](#), 12/07/2023.

Missão de Verificação da ONU divulga relatório sobre a implementação dos acordos de paz na Colômbia

No dia 12 de julho, a Missão de Verificação da ONU apresentou no Conselho de Segurança o relatório trimestral sobre a implementação do acordo de paz entre o governo colombiano e o extinto grupo guerrilheiro FARC. No documento, foram

reconhecidos os esforços para a paz da gestão de Gustavo Petro, a criação do Ministério da Igualdade, as medidas do Plano de Desenvolvimento voltadas para a paz, a atenção prestada à reforma agrária e a designação orçamentária para implementação do acordo de paz. Porém, o relatório alertou sobre a violência que vem ocorrendo em algumas regiões do país, principalmente contra ex-combatentes e lideranças camponesas. Além do aumento do número de assassinatos e casos de violência, a existência de ameaças aos magistrados do Juizado Especial para a Paz também chamou a atenção da Missão. Em suma, o relatório destacou que muito ainda deve ser feito na implementação do acordo, especialmente no que tange à proteção daqueles que trabalham para o avanço da paz no país. No contexto de análise do progresso da implementação da paz na Colômbia, o ELN, grupo guerrilheiro em atividade, fez críticas ao recém-criado Ministério da Igualdade, encabeçado pela vice-presidente Francia Márquez. O grupo, atualmente em negociação com o governo, questionou sua real capacidade de mitigar a desigualdade, alegando que este ministério segue os mesmos moldes de qualquer outra burocracia tradicional, questionando a atuação do órgão. Como exemplo, apontaram excesso de gastos públicos na sua fundação, bem como grande número de funcionários com salários muito maiores do que a maioria da população recebe.

Fontes: [Semana](#), 06/07/2023; [El País](#), 29/06/2023; [El Tiempo](#), 12/07/2023; [El Tiempo](#), 12/07/2023; [El Espectador](#), 25/07/2023.

Argentina renegocia programa de empréstimos com o FMI pela quinta vez

No dia 28 de julho, o FMI anunciou um acordo com a Argentina para renegociar, pela quinta vez, a dívida do país sul-americano com a instituição financeira, adiando os pagamentos que deveriam ser feitos em agosto e em novembro deste ano. Serão desembolsados, ainda, US\$ 7 bilhões para a Argentina, que vive uma profunda crise econômica, com a inflação atingindo o patamar de 115,16%, no acumulado dos últimos 12 meses. Até agora, a Argentina não cumpriu nenhuma das metas estipuladas em 2018, quando o país, ainda sob a administração do ex-presidente Mauricio Macri, assinou o acordo inicial, que previa um programa de empréstimos no valor de US\$ 44 bilhões. A despeito disso, o FMI

justificou, por meio de um comunicado oficial, que a renegociação se deve, em grande medida, aos efeitos nocivos de uma das piores secas que assola o país no momento e que vêm dificultando a sua recuperação econômica. A renegociação flexibilizou também a previsão do acúmulo de reservas. A meta definida em março de 2023 exigia que a Argentina acumulasse US\$ 8 bilhões até o final deste ano, porém o montante foi reduzido para US\$ 1 bilhão no novo acordo. Visando assegurar o apoio do Fundo, no dia 24 de julho, o ministro da Economia, Sergio Massa, que é o candidato peronista para as eleições presidenciais, havia elevado os impostos sobre a compra de dólares, encarecendo as importações com o objetivo de evitar uma corrida cambial, medida que contempla a cartilha do FMI. O novo acordo pode amenizar a pressão sobre a coalizão governista a poucas semanas das eleições primárias, que ocorrerão em 13 de agosto.

Fontes: [Página 12](#), 26/07/23; [Buenos Aires Herald](#), 28/07/23; [Chequeado](#), 28/07/23; [CNN Brasil](#), 28/07/23; [La Nación](#), 28/07/23.

Presidente uruguaio participa de reuniões regionais, mas não assina declaração conjunta do Mercosul

No mês de julho, o presidente uruguaio Luis Alberto Lacalle Pou, se engajou na participação de reuniões promovidas pelos organismos regionais, tais como o Mercosul e a cúpula da CELAC-União Europeia. A reunião dos líderes do Mercosul aconteceu no dia 2 de julho e foi marcada pela não assinatura da declaração conjunta por parte do Uruguai. Esta passa a ser a terceira vez que o país não assina, junto de seus pares, um parecer compartilhado sobre o encontro, optando pela via unilateral. A principal divergência de opiniões entre os Estados-Membros do Mercosul se refere à necessidade de modernização e flexibilização do bloco, principalmente frente às negociações comerciais com países terceiros. Segundo Lacalle Pou, a constituição de uma zona de livre comércio plena entre os quatro países só será efetuada a partir da “eliminação de todas as restrições de todos os parceiros” e acrescentou que “se não podemos fazer de maneira coletiva, nós vamos fazer bilateralmente”. Após este encontro, no dia 17 de julho, Lacalle Pou participou da cúpula da União Europeia com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que

aconteceu na Bélgica. Esta reunião tinha como objetivo discutir temas como o aprofundamento das relações comerciais, incluindo o acordo Mercosul-UE e o investimento europeu na América Latina. Neste encontro, Lacalle Pou encontrou-se bilateralmente com a presidente da comissão europeia, Ursula Von der Leyen, e com demais autoridades componentes do bloco europeu. Em relação ao acordo Mercosul-UE, o presidente adotou um “otimismo crítico”. Em suas palavras, “acreditamos em uma integração e entendemos que muitos países se projetam com isso, mas não entendemos o protecionismo exacerbado”.

Fontes: [El Observador](#), 02/07/2023; [El Observador](#), 05/07/2023; [El Observador](#), 16/07/2023; [El Observador](#), 17/07/2023; [Grupo Multimedio](#), 17/07/2023; [GUB.UY](#), 18/07/2023.

Presidente paraguaio eleito, Santiago Peña, visita o Brasil

A última semana do mês de julho de 2023 movimentou a política externa do Paraguai. O presidente eleito em abril, Santiago Peña, esteve no Brasil entre os dias 25 e 28 de julho para uma série de reuniões e encontros com empresários e autoridades brasileiras. O futuro mandatário do Paraguai esteve primeiramente em São Paulo, a fim de fortalecer o comércio entre o Paraguai e o estado brasileiro, além de buscar apoio empresarial para o desenvolvimento econômico nacional. Seu objetivo é fortalecer alianças e parcerias com o setor privado, levando iniciativas comerciais e empresariais paulistas para o Paraguai, numa espécie de intercâmbio. Além disso, o presidente eleito fez questão de enfatizar o grande potencial do Paraguai e buscou melhorar a imagem internacional de seu país. Em entrevistas a um jornal e a uma emissora de TV, Santiago Peña expressou o interesse em fortalecer laços político-econômicos com o Brasil, o que resultaria em um impulsionamento do desenvolvimento econômico e comercial de ambos os países. No âmbito regional, Peña falou novamente sobre fortalecer a integração entre os membros do Mercosul e salientou a necessidade de os países do bloco terem mais ambição ao negociarem acordos em conjunto. No último dia de sua visita ao Brasil, Santiago Peña se encontrou com o presidente Lula. O diálogo se concentrou no plano de integração das duas nações com vistas a expandir uma agenda conjunta de desenvolvimento econômico, de energia

e de transporte. Também foi pauta do encontro o interesse em uma ampla agenda de integração global, regional e bilateral entre os países vizinhos. Os presidentes dialogaram sobre as renegociações do Tratado de Itaipu, uma vez que no dia 13 de agosto serão decididos os acordos pelos próximos 50 anos. As renegociações serão, mais precisamente, sobre o Anexo C, que possui bases financeiras. Peña afirmou que há uma posição comum entre ele e Lula sobre o acordo Mercosul-União Europeia: de não reabrir negociações, mas avançar. Disse ainda que se isso não acontecer nos próximos meses, seria mais interessante procurar outros acordos, aproveitando a presidência rotativa do Brasil no Mercosul.

Fontes: [ADN Paraguayo](#), 26/07/2023; [ADN Paraguayo](#), 26/07/2023; [La Nación](#), 27/07/2023; [La Nación](#), 27/07/2023; [La Nación](#), 28/07/2023; [ABC Color](#), 29/07/2023; [La Nación](#), 29/07/2023; [ADN Paraguayo](#), 31/07/2023.

Protestos contra o governo de Dina Boluarte são retomados no Peru

Em 19 de julho, aconteceu, no Peru, a “Grande Marcha Nacional” contra o governo de Dina Boluarte e em prol do fechamento do Congresso Nacional. Após a mobilização da “Tercera Toma de Lima” ocorrida no mês passado, manifestantes retornaram às ruas demandando novas eleições urgentes, fechamento do Parlamento, a renúncia de Dina Boluarte e liberdade para o ex-Presidente Pedro Castillo. Os protestos também pediram justiça às vítimas da agressiva repressão da Polícia Nacional e das Forças Armadas enviadas por Dina Boluarte nas manifestações ocorridas no final de 2022. Além de parte da sociedade civil, participaram da mobilização a Central Única Nacional de Rodadas Camponesas do Peru (Cunarc), a Confederação Geral de Trabalhadores Peruanos (CGP), professores, quéchuas e aimarás, feirantes, a Federação de Cidades Construtoras Jovens e vários outros grupos. Como resposta à grande marcha, o Executivo elaborou meios de contenção junto à Polícia Nacional, o que resultou em repressão violenta contra os manifestantes. Na ocasião, a violência policial resultou em uma pessoa gravemente ferida na cabeça. Do dia 15 ao dia 19 de julho, foi realizada uma pesquisa sobre a satisfação dos peruanos com o atual governo. Como resultado, cerca de 80% da sociedade afirmou não existir mais uma democracia

no Peru e desaprovou a gestão de Dina Boluarte. As marchas eram percebidas, então, como um meio de recuperação da democracia. Por fim, em 28 de julho, Dina Boluarte se pronunciou em mensagem à toda a nação (devido a feriados nacionais) com um balanço dos seus 7 meses de governo. Durante seu longo discurso, entre alguns pontos importantes, a presidente pediu desculpas em nome do Estado e lamentou pelas mortes ocorridas nos protestos do ano passado e declarou que não haverá impunidade para o caso das vítimas da repressão policial.

Fontes: [Infobae](#), 19/07/2023; [Infobae](#), 19/07/2023; [La República](#), 20/07/2023; [El Comercio](#), 28/07/2023; [La República](#) 30/07/2023.

Inabilitação da candidata María Corina Machado gera repercussões domésticas e internacionais

O mês de julho na Venezuela foi marcado por repercussões da decisão, tomada em 30 de junho pela Controladoria de Justiça do país, de inabilitar a candidata María Corina Machado para concorrer nas eleições presidenciais de 2024. A ex-deputada, que é uma das opositoras mais ativas do governo de Nicolás Maduro, é acusada de irregularidades administrativas ocorridas durante seu mandato, entre 2011 e 2014. A União Europeia (UE) e os EUA condenaram a decisão e expressaram preocupação com a realização do pleito em 2024. Organizações da sociedade civil também divulgaram documento nesse sentido. Já o Brasil se manifestou indicando que o diálogo é a solução para a crise institucional no país. Em reação às declarações da UE, no dia 13 de julho, Jorge Rodríguez, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, declarou que o bloco não poderá enviar observadores para o pleito de 2024 - um retrocesso em comparação com as eleições regionais ocorridas em 2021. Mais além, a inabilitação de Corina Machado ascendeu um debate no país: além dela, parte dos candidatos opositores, como Henrique Capriles, também estão inabilitados politicamente. As saídas para esse impasse foram discutidas em evento realizado na Universidad Católica Andrés Bello (UCAB) no dia 12 de julho, mas não existe consenso entre os candidatos. E, apesar da inabilitação de Corina Machado, o processo de organização das eleições primárias da oposição, agendadas para 22 de outubro de 2023, teve continuidade. As reações

internacionais às inabilitações políticas que o governo venezuelano tem conferido a candidatos opositores têm sido bastante duras e negativas. Nesta linha, a repercussão negativa tem sido representada por diversas declarações de líderes e atores em várias instâncias pelo mundo. Machado tem angariado apoio do Grupo Idea (Iniciativa Democrática da Espanha e das Américas), composto por diversos ex-presidentes de diferentes Estados latino-americanos e da Espanha, que, neste caso, fizeram uma carta, em 17 de julho, rechaçando a postura antidemocrática do governo venezuelano e solicitando a atuação da Secretaria Geral da OEA e da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto ao ocorrido. Nos dias 17 e 24 de julho, a comissão que organiza o pleito se reuniu para seguir com os preparativos. Por fim, vale mencionar que a vice-presidenta venezuelana Delcy Rodríguez e o advogado opositor Gerardo Blyde se reuniram no dia 17 de julho, em evento internacional. Na Bélgica, às margens da III Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da UE, ambos discutiram a situação política do país. Participaram também os presidentes de Brasil, Argentina, Colômbia, França e UE. Em declaração conjunta após a reunião, esses países defenderam a retomada do diálogo para realização de eleições e a suspensão das sanções.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 30/06/2023; [Folha de S. Paulo](#), 03/07/2023; [O Globo](#), 06/07/2023; [El Nacional](#), 08/07/2023; [O Globo](#), 13/07/2023; [Efecto Cocuyo](#), 13/07/2023; [Estadão](#), 15/07/2023; [Folha de S. Paulo](#), 18/07/2023; [Fuentes Informadas](#), 20/07/2023; [Efecto Cocuyo](#), 25/07/2023.

Equador firma acordos com EUA e União Europeia e normaliza relações com a Argentina

No mês de julho, o governo equatoriano buscou retomar algumas agendas de cooperação e a retomada de relações bilaterais, parcialmente paralisadas, após a dissolução, em maio do mesmo ano, da Assembleia Nacional e consequente limitação dos poderes presidenciais, até a realização de novas eleições. Em 14 de julho, Guillermo Lasso viajou para a Europa a fim de participar da III Cúpula de Chefes de Estado e Presidentes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e União Europeia e para negociar acordos bilaterais entre o Equador

e países europeus. Na Bélgica, Lasso negociou memorando de entendimento focado em comércio, cooperação e segurança, além de firmar acordo de concessão de vistos turísticos de curta duração para cidadãos equatorianos, e buscou estabelecer um diálogo para a cooperação em segurança, a fim de financiar o combate ao narcotráfico. Às margens da Cúpula, o presidente equatoriano se encontrou com seu homólogo argentino, Alberto Fernandez, onde discutiram a normalização das relações Equador-Argentina, abaladas após escândalo envolvendo uma ex-ministra da administração Rafael Correa, que recebeu proteção do embaixador argentino em Quito, o que acarretou na retirada das respectivas representações diplomáticas. Após a conclusão da agenda de encontros prevista no continente europeu, o presidente equatoriano viajou para os EUA, onde deu passos significativos para ampliar a cooperação em segurança e defesa, parte do plano de governo de Lasso para enfrentamento aos narcotraficantes e as rebeliões no sistema carcerário, que acarretaram uma sucessão de declarações de estado de sítio nos últimos dois anos. No dia 19 de julho, o governo do Equador chegou a um termo comum com os EUA, e ambos os governos assinaram um memorando de entendimento sobre cooperação em segurança, que abrange compartilhamento de informações sobre grupos armados e narcotraficantes, capacitação de militares e policiais, aquisição de equipamentos e monitoramento de fronteiras. Apesar da assinatura do memorando, Lasso não logrou alcançar uma robusta linha de financiamento estadunidense para o setor de defesa e segurança equatoriano nos mesmos moldes do Plano Colômbia, tema que não foi incluído no memorando.

Fontes: [El Universo](#), 17/07/2023; [Infobae](#), 18/07/2023; [El Universo](#); 19/07/2023; [El Comercio](#), 22/07/2023; [La Hora](#), 24/07/2023.

Bolívia anuncia novas reservas de lítio e avança cooperação em defesa com o Irã

No mês de julho, a política na Bolívia teve dois eventos marcantes para a geopolítica global. No dia 20, Edmundo Novillo Aguilar, ministro de defesa boliviano, e Mohammad Reza Ashtiani, seu homônimo iraniano, assinaram um memorando de entendimento para ampliar a cooperação bilateral

em agendas de segurança e defesa. O memorando foi assinado em Teerã, capital iraniana, mas seu conteúdo ainda não foi integralmente divulgado. O pouco que se sabe, a partir das declarações oficiais, é que a cooperação tem como principais objetos o combate ao narcotráfico e a vigilância nas fronteiras. Além disso, incluiria a venda de materiais, incluídos drones, e treinamento de pessoal. As relações entre a Bolívia e o Irã têm se intensificado nos últimos anos. O memorando foi objeto de críticas não apenas por parte da oposição ao governo de Luis Arce, presidente boliviano, mas também por parte do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, que demandou mais informações sobre o memorando assinado. Além disso, Luis Arce anunciou, no dia 20 de julho, a descoberta de mais dois milhões de toneladas de lítio em solo boliviano, localizado no salar de Uyuni e nas jazidas de Copaisa e Pastos Grandes. O anúncio consolida o país na posição de detentor da maior reserva mundial do minério. É importante notar que, em junho, a Bolívia assinou importantes contratos de exploração de lítio com a China e com a Rússia.

Fontes: [BBC News](#), 21/07/2023; [ABC News](#), 24/07/2023; [Brasil de Fato](#), 25/07/2023.

Bolívia oficializa uso do yuan como moeda de transações externas

No dia 28 de julho, o ministro da Economia da Bolívia, Marcelo Montenegro, divulgou em conferência de imprensa que o país começará a negociar transações comerciais em yuan. Nas palavras de Montenegro, o país andino segue um “padrão no nível do comércio internacional, que está gerando um aumento progressivo no uso do yuan no comércio exterior”. A Bolívia é o terceiro Estado sul-americano a usar oficialmente a moeda chinesa para transações comerciais, acompanhando a Argentina e o Brasil. Na prática, porém, importadores e exportadores já podem negociar desde fevereiro na moeda chinesa, através do banco estatal Banco Unión. A oficialização da medida já havia sido antecipada pelo presidente Luís Arce na Cúpula dos Chefes e Chefas de Estados do Mercosul e Estados Associados, no início do mês. A decisão de utilizar o yuan foi tomada em meio à escassez das reservas líquidas de dólares no país, o que atraiu críticas de diferentes atores. Para a líder da Associação de Comerciantes da Bolívia, Mercedes Quisbert, grande

parte da população ainda não tem conhecimento sobre o yuan e os comerciantes estão tendo de ir ao mercado negro para obter dólares. Empresários e economistas do país também criticaram a decisão. Em coluna no periódico *El Deber* quando iniciaram os boatos sobre a decisão do governo, o economista Gonzalo Chávez já apontava que a proposta de uso do yuan nas transações comerciais era uma cortina de fumaça para tentar distrair a atenção da população da falta de dólares no país. Por outro lado, a decisão foi avaliada positivamente por outras instituições. A Câmara Nacional de Exportadores da Bolívia, por exemplo, vê a decisão como uma oportunidade interessante para o empresariado que tem laços com a China. Mesmo que o país andino tenha ampliado seus laços com o país asiático nos últimos meses devido ao investimento em plantas de lítio no país, mais de 80% das transações externas da Bolívia são feitas com a moeda estadunidense. Após a decisão de uso do yuan como moeda de transações comerciais com a China, os países também estudam a possibilidade de criar filiais de bancos de investimento chineses na Bolívia, com o objetivo de melhorar as relações comerciais entre os países. Na América do Sul, o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) e o Banco da China já estão presentes na Argentina e no Brasil.

Fontes: [Agência Boliviana de Informação](#), 04/07/2023; [Sputnik News](#), 20/07/2023; [La Razón](#), 25/07/2023; [La Razón](#), 26/07/2023; [Erbol](#), 26/07/2023; [Los Tiempos](#), 27/07/2023; [Global Times](#), 29/07/2023; [Opinión](#), 31/07/2023.

Chile e União Europeia estreitam laços após viagem de Boric à Europa

Entre os dias 14 e 21 de julho, o presidente Gabriel Boric viajou à Europa com o fim de fortalecer o relacionamento do país andino com a União Europeia, que é uma prioridade de sua política externa. Na viagem, que contemplou a França, Espanha, Suíça e Bélgica, o presidente chileno buscou avançar na cooperação para a transição energética e procurou reforçar sua posição em relação à Guerra da Ucrânia. No dia 14 de julho, na Espanha, Boric se reuniu com o presidente Pedro Sánchez, no contexto da recém assumida presidência rotativa espanhola no Conselho da União Europeia, visando, principalmente, avançar nas relações bilaterais. Na reunião, os presidentes

discutiram o papel do lítio na transição energética, o fortalecimento da democracia e condenaram a agressão russa à Ucrânia. Ao final, foram assinados acordos de cooperação em ciber-segurança e em co-produção cinematográfica e audiovisual entre os países. Na viagem, Boric também participou da III Cúpula entre a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a União Europeia (UE), no dia 18 de julho, na Bélgica. Na ocasião, o Chile e a União Europeia assinaram um memorando de entendimento para criar cadeias de valores sustentáveis para matérias-primas importantes na transição energética. O discurso de Boric na Cúpula, todavia, foi o momento que recebeu mais atenção de seus pares e da grande mídia. Nele, Boric apontou ser importante que a América Latina diga com clareza que “o que está acontecendo na Ucrânia é uma inaceitável guerra de agressão imperial”. O discurso ecoou no encontro entre Gabriel Boric e Emmanuel Macron, no dia 21 de julho, na França. Na reunião, os presidentes discutiram e assinaram acordos que versam sobre a transição energética, a proteção dos oceanos, e a consolidação de uma política externa feminista. Macron agradeceu a Boric por sua “inequívoca posição sobre a guerra lançada pela Rússia na Ucrânia”. A posição clara em condenar as agressões russas contra a Ucrânia fez com que a União Europeia enxergasse no Chile um “parceiro de confiança”, nas palavras da presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen. A parceria entre a União Europeia e o Chile, que vem se desenvolvendo no tema da transição energética, tem perspectivas para evoluir comercialmente com o Acordo Quadro Avançado Chile-UE, um acordo de facilitação comercial, investimento e redução de tarifas entre as partes.

Fontes: [European Commission](#), 14/06/2023; [GOB.CL](#), 14/07/2023; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile](#), 14/07/2023; [GOB.CL](#), 18/07/2023; [O Globo](#), 21/07/2023; [GOB.CL](#), 21/07/2023; [Le Monde](#), 25/07/2023.

Boric participa de Cúpula e tem reuniões bilaterais em turnê presidencial na Europa

Durante o mês de julho, o presidente do Chile, Gabriel Boric, acompanhado de uma comitiva que contou com a participação de alguns dos seus principais

ministros, como o ministro de Relações Exteriores, Alberto Van Klaveren, partiu em mais uma turnê presidencial pela Europa. O primeiro compromisso do presidente chileno foi na Cúpula UE-CELAC, em Bruxelas, na qual a guerra da Ucrânia foi um tema central. Nesse âmbito, o governo chileno adotou uma postura de condenação da Rússia, que não foi repetida por outros países latino-americanos. Questionado sobre esse posicionamento chileno, o presidente Lula se mostrou contrário à postura adotada por Boric. O presidente e o ministro de Relações Exteriores chilenos responderam à situação dizendo que discordâncias acontecem e que isso não muda a centralidade das relações entre o Chile e o Brasil. Após a reunião multilateral, o presidente do país andino fez visitas à Espanha e à França. Em encontro com o mandatário do governo espanhol foram firmados quatro acordos de cooperação, em diferentes âmbitos, para fortalecer os vínculos entre ambos os países. Van Klaveren classificou a visita à Espanha como produtiva e importante para reforçar a percepção do Chile como um país que oferece segurança jurídica. Na França, Boric se encontrou com Emmanuel Macron para discutir e estabelecer um acordo de cooperação entre Chile e França no âmbito cultural. O presidente chileno ainda foi elogiado pelo seu homólogo francês pelo seu “inequívoco posicionamento” em relação à guerra da Ucrânia. Antes de voltar ao Chile, Boric terminou seu giro pela Europa na Suíça onde esteve nas dependências da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), além de encontrar com Adhanom Ghebreyesus, diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Fontes: [El Mostrador](#), 07/07/2023; [BioBio Chile](#), 14/07/2023; [O Globo](#), 19/07/2023; [Emol](#), 22/07/2023; [BioBio Chile](#), 22/07/2023.

Cúpula entre CELAC e União Europeia é palco de divergências

Foi realizada, entre 17 e 18 de julho, a III Reunião de Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – União Europeia (UE) em Bruxelas, Bélgica. O encontro entre os líderes dos blocos foi palco de discussões centradas em desafios globais, como mudança do clima, comércio e desenvolvimento sustentável, inclusão social, recuperação econômica pós-pandemia, transição energética, transformação digital justa e inclusiva, reforma da arquitetura

financeira internacional, entre outros. No âmbito da mesa de negócios União Europeia – América Latina e Caribe, líderes políticos, representantes de bancos de desenvolvimento e do setor privado abordaram iniciativas e projetos de cooperação com o objetivo de fortalecer as relações birregionais em temas como energias renováveis, transporte, infraestrutura, digitalização e conectividade. Durante a abertura do fórum, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reforçou, junto aos europeus, sua crítica ao envio de armamentos para a Ucrânia, mencionou temas como a regulamentação das redes sociais e afirmou que a conclusão do acordo Mercosul-União Europeia “é uma prioridade e deve estar baseada na confiança mútua e não em ameaças”. Além disso, o encontro foi marcado por divergências entre os países principalmente na declaração final de encerramento, ao não condenar a Rússia pela invasão à Ucrânia. No documento, há apenas uma menção à guerra contra a Ucrânia, que continua causando sofrimento humano e exacerbando fragilidades na economia global. A Nicarágua, por exemplo, foi a única nação a não assinar a declaração em razão do trecho que menciona a Ucrânia. A Venezuela também se opôs a uma condenação direta da Rússia e solicitou um texto final com foco na solução da guerra. No documento, há ainda o “apoio à Iniciativa de Grãos no Mar Negro e os esforços do Conselho de Segurança da ONU para garantir sua extensão”. O texto afirma o compromisso com “todos os esforços diplomáticos que buscam uma paz justa e sustentável em linha com a Carta da ONU”.

Fontes: [GOV.BR](#), 14/07/2023; [G1](#), 16/07/2023; [Poder360](#), 18/07/2023; [CNN Brasil](#), 18/07/2023.

Presidenta do Banco dos BRICS se reúne com presidentes da Rússia e da África do Sul

No dia 26 de julho, a presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD, popularmente conhecido como “Banco dos BRICS”), Dilma Rouseff, se reuniu com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, na cidade de São Petersburgo. O encontro se deu às margens da 2ª Cúpula Rússia-África, que se iniciaria no dia 27 de julho. Dilma foi convidada como oradora para a sessão plenária da Cúpula, se dirigindo aos chefes de Estado e líderes presentes. Na ocasião, a presidenta do NBD também se reuniu com o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa.

O encontro com os dois chefes de Estado da Rússia e África do Sul teve como objetivo debater a próxima Cúpula dos BRICS, que será realizada entre 22 e 24 de agosto em Joanesburgo, tratando de temas como a expansão do NBD, com a integração de novos países ao banco. Em discurso, Dilma defendeu o multilateralismo, a multipolaridade e a utilização de moedas locais em transações internacionais

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 26/07/2023; [G1](#), 26/07/2023; [Focus Brasil](#), 31/07/2023.

África do Sul participou do segundo Encontro Rússia-África em São Petersburgo

Nos dias 27 e 28 de julho de 2023, aconteceu, em São Petersburgo, na Rússia, o segundo Encontro Rússia-África, que reuniu, além do presidente russo Vladimir Putin, 17 chefes de estado africanos, incluindo o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. O encontro foi um esforço de romper o isolamento russo e sinalizar apoio de países do Sul Global em meio ao conflito com a Ucrânia. Na primeira edição deste encontro, em 2019, estiveram presentes lideranças de mais de 40 países africanos. A perda de apoio africano é particularmente preocupante para a Rússia porque o continente tem 54 votos na Assembleia-Geral da ONU, onde estão sendo votadas importantes resoluções sobre o conflito. Diplomatas russos culpam a pressão do Ocidente pela ausência de outras lideranças africanas no encontro, que ocorreu logo após o rompimento do acordo de exportação de grãos que contribuiu para reduzir os impactos da guerra sobre a fome no continente. Ao final do encontro, Putin sugeriu, sem oferecer maiores detalhes, que a Rússia poderia compartilhar parte da renda da venda de grãos, cujos preços subiram com o fim do acordo, com países mais pobres. Anteriormente, ele havia prometido doar entre 25 mil e 50 mil toneladas de grãos para países africanos pobres – uma quantia significativamente menor do que o enviado pelo Programa Mundial de Alimentos da ONU para países com déficit de alimentos (725 mil toneladas). Ramaphosa, no entanto, afirmou que o continente africano não estava presente no encontro para pedir doações, mas sim para reivindicar a retomada do acordo de exportação de grãos.

Fontes: [The Guardian](#), 26/03/2023; [Time](#), 27/06/2023; [APNews](#), 30/06/2023; [NPR](#), 30/06/2023.

Segunda Cúpula Rússia-África é marcada pela aproximação de Putin com chefes de Estado presentes

Ocorrida nos dias 27 e 28 de julho, na cidade russa de São Petersburgo, a segunda Cúpula Rússia-África teve como mote “Paz, Segurança e Desenvolvimento”, evidenciando os objetivos de Putin ao dialogar com líderes africanos presentes. Apesar do comparecimento de representantes dos 49 Estados convidados, apenas 17 deles estiveram ancorados na figura do chefe de Estado, algo que é altamente significativo pela comparação com a primeira cúpula, e, de acordo com especialistas, muito motivado pela guerra russo-ucraniana. Segundo analistas locais, as relações bilaterais entre a Rússia e a, uma vez que comércio e investimento estiveram presentes em quase todos pronunciamentos e negociações abertas. No entanto, há também o lado das conversas a portas fechadas, onde Putin buscou aliados para a Rússia na narrativa do embate Ocidente-Oriente, alimentada constantemente por ele mesmo nos últimos anos. Em termos concretos, o presidente russo anunciou o perdão de US\$ 90 milhões para reduzir o peso da enorme dívida de US\$ 23 bilhões que países africanos possuem com Moscou. Em meio a discursos acalorados que culpam as grandes potências ocidentais pelas dificuldades econômicas, sociais e políticas vividas por vários dos Estados presentes, a Rússia anunciou o retorno presencial de uma série de embaixadas e consulados ao continente africano, a fim de aprofundar as relações diplomáticas. Em termos econômicos, a exportação de grãos para suprir países que estejam dispostos a formalizar alianças com a Rússia foi o principal ponto tocado por Putin, uma vez que esse é o setor mais afetado pelas limitações impostas à Ucrânia através da guerra. Suspensa desde 2019, devido à pandemia de COVID-19, a cúpula tende agora a ter sua continuidade estabilizada e contou com muitos candidatos africanos para sediar o próximo evento, destacando-se a fala do presidente de Comores, que pediu abertamente a permissão de seus pares para dialogar com a Rússia sobre uma nova organização.

Fontes: [The Moscow Times](#), 25/07/2023; [TASS](#), 28/07/2023; [TASS](#), 28/07/2023; [The Moscow Times](#), 29/07/2023; [TASS](#), 29/07/2023.

Posicionamento chinês sobre Taiwan e acordo de cooperação econômica ASEAN-China repercutem na região

No dia 25 de julho, em lançamento do Livro Branco Anual de Defesa, um oficial japonês de alto escalão do setor de defesa destacou que o país está preocupado com as crescentes ações militares da China perto de Taiwan. De fato, o documento de mais de 500 páginas, dedica cerca de 30 para tratar sobre a China e posiciona o vizinho asiático como o maior desafio estratégico do Japão. Em resposta, Mao Ning, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, rebateu a observação do oficial japonês e destacou que Taiwan é território da China e que, portanto, este é um assunto interno do país, indicando que o Japão não deve interferir no tema. Por sua vez, a Embaixada da China no Japão também expressou firme insatisfação e oposição. Outro tema que foi destaque na mídia chinesa foi o acordo de cooperação econômica firmado durante o Fórum de Cooperação Econômica da Grande Baía (Qianhai) ASEAN-China 2023, que discutiu a construção de parques industriais, economia digital e cooperação agrícola. O evento ocorreu entre 29 e 30 de julho e o acordo entre a ASEAN e a China envolve sete projetos de 12,1 bilhões de yuans (1,7 bilhão de dólares). A cooperação visa apoiar o Centro China-ASEAN, estabelecendo um polo na cidade chinesa de Shenzhen, com vistas a estabelecer um Fundo de Investimento em Desenvolvimento Industrial da Área da Grande Baía-ASEAN e estabelecer uma rede de cooperação entre universidades, think tanks e instituições de pesquisa.

Fontes: [Xinhua](#), 26/07/2023; [Xinhua](#), 26/07/2023; [Global Times](#), 28/07/2023; [Japan Times](#), 28/07/2023; [Xinhua](#), 31/07/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

